



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Indicação da Área Requisitante

<i>Diretoria/Pró-Reitoria Requisitante</i>
Pró-reitora de Administração

<i>Setor Requisitante</i>
Diretoria de Administração e Planejamento

<i>Servidores Responsáveis</i>			
	<i>Nome</i>	<i>SIAPPE</i>	<i>CPF</i>
Coordenação de Licitações e Contratos	Patric Douglas Griseli	xx863xx	XXX.569.690-XX
Pró-Reitoria de Administração	Jorge Luis de Souza Mota	xx886xx	XXX.827.567-XX
Setor Requisitante - DAP	Rafael Marcos Fernandes	xx150xx	XXX.262.309-XX
Setor Requisitante - Coordenação de Infraestrutura	Rodrigo Reigosa	xx630xx	XXX.896.739-XX
Ana Lucia Ribeiro Esteves	Assistente em Administração	xx421xx	XXX.687.189-XX
Marcel Amaral Daoud	Diretor de Administração e Planejamento	xx580xx	XXX.314.500-XX
Elizeti Nienckotter	Diretor de Administração e Planejamento	xx095xx	XXX.442.239-XX
Diego Carlos Muller	Técnico em Segurança do Trabalho	xx522xx	XXX.929.629-XX
Jonas Daniel Ribeiro	Diretor de Administração e Planejamento	xxxx160	XXX.126.889-XX
Simone Voltolini Aolczyk	Diretora de Administração e Planejamento	xx344xx	XXX.640.159-XX
Larissa Sarmento	Diretora de Administração e Planejamento	xx066xx	XXX.955.419-XX



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Geraldo Muzeka	DIP	xx861xx	XXX.192.869-XX
Tiago Jones Back	Direção de Infraestrutura	xx823xx	XXX.275.089-XX
André Xavier Dinelly	Diretor de Administração e Planejamento	xx355xx	XXX.966.672-XX
Rodrigo Zuffo	Diretor de Administração e Planejamento	xx270xx	XXX.079.269-XX
Juliano Retorre	Coordenador de Infraestrutura	xx012xx	XXX.660.789-XX

2. Descrição da Necessidade

O Instituto Federal Catarinense, objetivando a proteção de pessoas e do patrimônio público, atualmente, mantém um único contrato firmado com empresa terceirizada, que tem por objeto a prestação de serviços de vigilância patrimonial, armada e desarmada, motorizada e não motorizada, e serviços de monitoramento nas diferentes unidades distribuídas no estado de Santa Catarina. Tal contrato encerra no dia 01/10/2025.

Especificamente a contratação dos serviços de vigilância para a Reitoria e Campi do IFC, justifica-se pela necessidade de exercer um controle rigoroso dos acessos às áreas internas, proceder à identificação de servidores, estudantes, funcionários terceirizados e visitantes viabilizando o ingresso às instalações, propiciando proteção à integridade física dos servidores, estudantes, funcionários terceirizados e transeuntes e de coibir possíveis ações destruidoras ao patrimônio público e furtos nos dias úteis e principalmente nos finais de semana e feriados, dias em que os servidores não estarão trabalhando e o prédio fica desprovido de pessoal. Além disso, há a necessidade de haver capacidade de acionamento de dispositivos de segurança em casos de incêndio ou outros fatos/fenômenos que coloquem em risco os serviços, o patrimônio e a Instituição como um todo, dando imediato conhecimento à Administração.

A contratação dos serviços de vigilância, sob o regime de execução indireta e contínua, decorre da inexistência de pessoal qualificado no quadro próprio de servidores do IFC, por se tratar de cargo em extinção, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998 e Decreto nº 9.262 de 09 de janeiro de 2018. Assim, a contratação enquadra-se nos pressupostos do Parágrafo primeiro, art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e do Parágrafo primeiro, art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento.

Ainda verifica-se que as atividades de vigilância patrimonial, constam da relação das atividades que devam ser preferencialmente terceirizadas, previstas no Art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;"

Excetua-se da situação supramencionada os campi Camboriú e Concórdia que atualmente possuem em seu quadro de servidores vigilantes, conforme disposto no quadro a seguir, acompanhado da lotação dos referidos profissionais:

Quadro 1. Vigilantes Efetivos Quadro IFC

Campus	Lotação(ões)	Quantidade
Camboriú	Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão	01
Concórdia	Setor de Almoxarifado	02
	Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional	01
	Setor de Vigilância	06
TOTAL		10

Todavia, dada a lotação dos servidores que compõem o quadro, as atividades por eles desenvolvidas, e a forma que atualmente são supridas as necessidades de vigilância nestas unidades, a única que não será abarcada por esta contratação será o campus Concórdia, uma vez que os servidores do quadro suprem a demanda de vigilância na unidade.

Vale registrar que a empresa que prestará os serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada deve estar de acordo com o disposto na Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 e conforme orientações da Polícia Federal. Esta lei, em seus artigos 2 e 5, considera como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de prestar vigilância patrimonial e proteção de pessoas físicas a órgãos públicos ou privados:

"Art. 2º Os serviços de segurança privada serão prestados por pessoas jurídicas especializadas ou por meio das empresas e dos condomínios edifícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada, neste último caso, em proveito próprio, com ou sem utilização de armas de fogo e com o emprego de profissionais



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

habilitados e de tecnologias e equipamentos de uso permitido.

...
Art. 5º Sem prejuízo das atribuições das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública e do sistema prisional, são considerados serviços de segurança privada, para os fins desta Lei, nos termos de regulamento:

I – vigilância patrimonial;

...
§ 1º Os serviços descritos nos incisos I, IV, V, VII, VIII, IX, X e XII do caput poderão ser prestados com utilização de armas de fogo, nas condições definidas em regulamento.

...
§ 4º A prestação do serviço previsto no inciso I do caput abrange a segurança exercida com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio de estabelecimentos públicos ou privados, bem como de preservar a integridade física das pessoas que se encontrem nos locais a serem protegidos, além do controle de acesso e permanência de pessoas e veículos em áreas públicas, desde que autorizado pelos órgãos competentes, ou em áreas de uso privativo.

Diante do exposto, fica evidenciada a necessidade de continuidade da prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, motorizada e não motorizada, diurna e noturna perante nova contratação, de forma a garantir a segurança aos usuários e servidores do IFC, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em danos a seus bens, móveis e imóveis, nas instalações a seguir descritas:

1. IFC - Reitoria: Rua das Missões, nº 100 e 150, Blumenau - SC;
2. IFC - Campus Avançado Abelardo Luz, Estrada Geral - Assentamento José Maria, SN, Abelardo Luz - SC;
3. IFC - Campus Araquari, Rodovia BR 280, km 27, nº 5200, Araquari - SC;
4. IFC - Campus Blumenau, Rua Bernardino José de Oliveira, nº 81, Blumenau - SC;
5. IFC - Campus Brusque, Avenida Hugo Schlosser, nº 605, Brusque - SC;
6. IFC - Campus Camboriú, Rua Joaquim Garcia, s/n, Camboriú - SC;
7. IFC - Campus Fraiburgo, Rua Cruz e Souza, nº 89, Fraiburgo - SC;
8. IFC - Campus Ibirama, Rua Dr. Getúlio Vargas, nº 3006, Ibirama - SC;
9. IFC - Campus Luzerna, Rua Vigário Frei João, nº 500, Luzerna - SC;
10. IFC - Campus Rio do Sul, Estrada do Redentor, nº 5665; Rua Abraham Lincoln, nº 210; Rua Mafalda Lingner Porto, nº 93, Rio do Sul - SC;
11. IFC - Campus Santa Rosa do Sul, Rua das Rosas, s/n, Santa Rosa do Sul - SC;
12. IFC - Campus São Bento do Sul, Rua Paulo Chapiewski, nº 931, São Bento do Sul - SC;
13. IFC - Campus Videira, Rodovia SC 135, km 125, Videira - SC.

Este Estudo Preliminar tem como objetivo estudar as diferentes formas de contratações existentes deste objeto, de modo a subsidiar uma nova contratação para os serviços dessa natureza, que atenda da melhor forma possível as necessidades do IFC, respeitando as características e peculiaridades de cada uma das suas unidades.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

3. Descrição dos Requisitos de Contratação

Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados de acordo com a sua natureza:

Os serviços a serem contratados deverão ser objeto de execução indireta e enquadrar-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que “Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”, e Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que “Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”, pois referem-se à execução de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, relacionadas aos assuntos que constituem área de competência do IFC no cumprimento de sua missão institucional.

A contratação dos serviços deverá observar, também, as disposições da seguinte legislação:

- a) Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, pela Lei Complementar nº 155/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e pela Lei Complementar nº 214, de 16 de Janeiro de 2025; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990;
- c) Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- d) Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, alterado pelo Decreto nº 10.273 de 2020 que Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- e) Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021, com suas alterações subsequentes, e nas determinações da Portaria 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- f) Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

- g) Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- h) Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- i) Instrução Normativa nº 02/SEGES/MPOG, de 6 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG.4. da natureza continuada dos serviços.
- j) Portaria 409, de 21 de dezembro de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Dispõe sobre as garantias contratuais ao trabalhador na execução indireta de serviços e os limites à terceirização de atividades, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais federais controladas pela União;
- k) Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, que “Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras”, com suas respectivas alterações.
- l) Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, que “Dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada.”, pelo Departamento de Polícia Federal.
- m) Caderno de Logística, Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial, que traz o Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de Serviços de Vigilância Patrimonial no âmbito da Administração Pública Federal, Direta, Autárquica e Fundacional, nos termos da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores.
- n) Instrução Normativa nº 05 de 26 de março de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- o) Portaria nº 13.623 de 10 de dezembro de 2019, que estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – Uasg, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- p) Lei nº 9.632, de 08/05/98 - Trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal prevê que a contratação das atividades correspondentes será mediante a execução indireta.

Descrição dos Requisitos da Contratação

- a) Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade;
 - A Contratada deverá possuir capacidade de atendimento em todas unidades abarcadas nesta contratação, a saber: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul e Videira.

A Licitante deverá comprovar, durante a sessão pública, a qualificação jurídica constante na minuta do Edital padrão disponibilizado pela Advocacia Geral da União (AGU).

A Licitante deverá comprovar, durante a sessão pública, a regularidade fiscal e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

trabalhista constante na minuta do Edital padrão disponibilizado pela Advocacia Geral da União (AGU).

A Licitante deverá comprovar, durante a sessão pública, a qualificação econômico-financeira constante na minuta de Edital padrão disponibilizado pela Advocacia Geral da União (AGU);

A Licitante deverá comprovar, durante a sessão pública, além do disposto na minuta de Edital disponibilizada pela AGU, a qualificação técnica mínima abaixo descrita:

- Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

- Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- Comprovar a experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

- Apresentar declaração de que instalará escritório na cidade de Blumenau ou cidade limítrofe, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

SEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

- A empresa deverá nomear, manter e apresentar a Administração preposto responsável pela execução dos serviços, que deverá responder por todo contato entre a Contratada e Contratante, pelos funcionários alocados nos postos de trabalho, além de estar apto a esclarecer todas as questões relacionadas aos serviços prestados;

- Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 4º da lei nº 14.967 de 9 de Setembro de 2024 e demais legislações pertinentes;

- Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria/MJ nº 387/2006, alterada pela Portaria/MJ 515/2007;

- Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, de acordo com a Portaria nº 1.129 de 15/12/95, do Ministério da Justiça;

- Ao participar da licitação, a contratada declara que possui responsabilidade exclusiva quanto à quitação de encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato firmado com o Instituto Federal Catarinense;

- Ao participar da licitação, a contratada declara que possuirá condições de apresentar os documentos solicitados, listados no Edital e seus anexos, no momento da assinatura do contrato ou no prazo estabelecido pela Administração.

Os profissionais que atuarão na prestação dos serviços deverão atender aos requisitos mínimos listados abaixo, nos termos do art. 28 da lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024:

- Ser brasileiro, nato ou naturalizado ;
- Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;
- Ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;
- Estar regular com a obrigatoriedade da reciclagem periódica.
- não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e

- Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- ter concluído todas as etapas do ensino fundamental;
- estar contratado por empresa de serviços de segurança ou empresa ou condomínio edilício possuidor de serviços orgânicos de segurança privada.

Caberá à Contratada assegurar aos profissionais envolvidos na prestação do serviço (art. 29 da lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024) a expensas da empresa contratada:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

- atualização profissional;
- Uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular, regulado e devidamente autorizado pela Polícia Federal;
- Porte de arma, quando em efetivo serviço, se aplicável, nos termos da lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024 e da legislação específica sobre controle de armas de fogo;
- materiais e equipamentos de proteção individual e para o trabalho, em perfeito estado de funcionamento e conservação;
- Seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.
- assistência jurídica por ato decorrente do serviço;
- serviço autônomo de aprendizagem e de assistência social, conforme regulamento;
- piso salarial fixado em acordos e convenções coletivas.

A contratada deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato:

- Autorização para compra de armas e respectivo registro de armas disponíveis na quantidade necessária ao cumprimento da execução dos serviços objeto deste estudo, conforme determina a Portaria/MJ nº 387/2006, alterada pela Portaria/MJ 515/2007. O registro da(s) arma(s) deve incluir, pelo menos, o número da arma, o nome do proprietário, a espécie, a marca e o calibre.
- O Termo de Indicação do Preposto, que deverá ser formalmente designado pela contratada, devendo constar no instrumento expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto;
 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

A Contratada deverá apresentar, além dos documentos constantes na minuta padrão disponibilizada pela Advocacia Geral da União (AGU), em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato:

- LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho;
- PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos
- PCMSO – Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional.

Caberá à Contratada, ainda a observação dos seguintes requisitos:

- A contratada deverá adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- É de responsabilidade da contratada reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

- São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa;
- É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes;
- É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
- É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das normas internas e de Segurança e medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

Os serviços oferecidos pela contratada deverão ter como base as seguintes características:

- Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, por meio de certificado de curso de formação de Vigilantes, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida;
- Implantar e indicar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos postos relacionados no anexo Tabela de locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;
- Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, considerando os serviços a serem prestados, bem como, de acordo com o clima da região, com o disposto no respectivo acordo, convenção ou Dissídio coletivo de Trabalho, oferecendo a cada profissional, no mínimo itens dispostos no quadro abaixo:

02 (duas) calças sociais;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

02 (duas) camisas de mangas longas;
03 (três) camisas de mangas curtas;
01 (um) cinto de náilon;
02 (dois) pares de sapatos;
03 (três) pares de meias;
01 (um) quepe com emblema;
01 (uma) jaqueta de frio ou japonsa;
01 (uma) capa de chuva;
01 (um) óculos de sol com design adequado ao serviço de vigilante;
01 (um) distintivo tipo broche;
01 (um) cacetete tipo tonfa;
01 (um) porta cassetete;
01 (uma) lanterna tática de LED, com capacidade mínima de 12.000 lúmens, com regulagem de abertura do foco luminoso, com sistema de recarga da energia ou com no mínimo duas baterias sobressalentes para cada uma;
01 (um) apito com cordão;
01 (uma) bastão controlador de ronda com software de instalação e gerenciamento compatível com Sistema Operacional Windows;
01 (um) aparelho celular, tipo smartphone, com acesso a internet;
01 (um) radiocomunicador, nos casos em que ocorre a prestação de serviço por mais de um posto simultaneamente;
01 (um) revólver calibre 38, nos casos de posto armado;
01 (um) cinto com coldre e baleiro, nos casos de posto armado;
01 (um) colete balístico, nos casos de posto armado;
Munição calibre 38, nos casos de posto armado;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Livro de ocorrência;
Cassetetes elétricos (Ibirama: 04 unidades; Araquari: 01 unidade)
Binóculos (Camboriú: 04 unidades; Araquari: 02 unidades - visão noturna; Santa Rosa do Sul: 02 unidades)
01 (um) capacete com frente aberta, proteção lateral e viseira de proteção que possibilite conforto e amplo campo de visão ao vigilante e atenda a legislação de trânsito vigente, nos casos de posto motorizado;
01 (uma) capa de chuva adequado para motoqueiro, nos casos de posto motorizado;
Nos casos de posto motorizado, 01 (uma) motocicleta igual ou equivalente a Honda modelo NXR 150 Bros, ou superior, para uso inclusive em trilha, com no máximo 2 anos de fabricação, com giroflex e sirene. Veículo e acessórios funcionando perfeitamente durante todo o tempo de realização dos serviços de vigilância. Em caso de pane na motocicleta, outra com as mesmas características deverá ser fornecida imediatamente para que não haja interrupção dos serviços (combustível e manutenção preventiva e corretiva é responsabilidade da contratada).

O quantitativo mínimo de botons para registro pelos Bastões Controladores de Ronda a serem instalados em cada unidade são os listados no quadro abaixo. A escolha pelos locais de instalação dos botons cabe a empresa contratado, pois está detém o conhecimento e avaliará quais são os locais mais apropriados para a instalação dos botons :

Unidade	Quantidade de Botons
Reitoria	08
Abelardo Luz	10
Araquari	47
Blumenau	12
Brusque	15
Camboriú	71
Fraiburgo	16
Luzerna	10
Ibirama	12
Rio do Sul	6



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

São Bento do Sul	10
Santa Rosa do Sul	0
Videira	10

- A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;
- Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos postos;
- Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas;
- Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a eventuais acréscimos solicitados pela administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações;
- Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto quando devidamente determinado pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- Atender de imediato às solicitações de substituição da mão de obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da administração, inclusive no que se refere ao cumprimento das normas internas e de Segurança e medicina do Trabalho;
- Relatar à administração toda e qualquer irregularidade observada nos postos das instalações onde houver prestação dos serviços;
- Os supervisores da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os postos no mínimo a cada 15 dias, em dias e períodos (diurno das 7h/15h e noturno das 15h/23h) alternados;
- A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- Providenciar o registro de frequência (folha-ponto) dos funcionários em formato eletrônico, preferencialmente por meio de controle biométrico, para fins de facilitar o controle e acompanhamento da efetiva prestação dos serviços;
- Manter boa relação com os fiscais técnicos da Contratada, respondendo com



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

presteza e cordialidade às solicitações e dúvidas que surgirem durante a execução dos serviços, bem como proporcionando todas as facilidades para comprovação dos serviços prestados e dos materiais, equipamentos e insumos disponibilizados;

- Apresentar, sempre que solicitado pela Administração, os documentos requeridos de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

Deverá ser elaborado Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea. O documento deverá ser construído de modo assegurar a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas observando, sempre que aplicáveis, as seguintes condições:

- Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;
- Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior;
- Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência;
- Não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia;
- Deixar de fornecer os EPis, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;
- Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência;
- Deixar de estabelecer cotas para mulheres e portadores de necessidades especiais, conforme definido no Termo de Referência;
- Deixar de observar as especificações de materiais de consumo e bens na prestação dos serviços;
- Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares;
- Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

- Deixar de observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência;
- Não utilizar bicicletas para a realização de rondas em pequenas distâncias, sempre que possível, evitando o uso de veículos, por ocorrência.
- Não comprovar a realização das rondas por meio da apresentação do relatório mensal de rondas.

Critérios e práticas de sustentabilidade

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

Também caberá à Contratada a observação aos critérios abaixo transcritos:

1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada.
2. Evitar o uso de extensões elétricas no desempenho das atividades pertinentes.
3. Instruir seus colaboradores quanto a boas práticas de redução do consumo de energia e água.
4. As atividades deverão ser realizadas conforme preceitos da legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
5. A CONTRATADA deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos profissionais envolvidos na prestação do serviço, para que seja possível a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
6. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA n.º 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

7. A CONTRATADA deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.
8. A CONTRATADA deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade, substituindo-os por itens não descartáveis para os funcionários.
9. É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.
10. Somente será admitido o uso de veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de controle da Poluição por Veículos automotores (PROconVe)/Programa de controle da Poluição do ar por motocicletas e Veículos Similares (PRomoT) e movidos a biocombustível.
11. A contratada deverá utilizar bicicletas ou veículos elétricos em substituição aos veículos motorizados para a realização de rondas, sempre que possível, de modo a reduzir as emissões de gases poluentes.
12. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

Deverão ser observadas, ainda, durante a execução dos serviços, as orientações exaradas pelo IFC no que se refere à práticas sustentáveis: economia de energia; economia de água; reciclagem de lixo; descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente, como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros.

Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

Considerando a natureza dos serviços a serem prestados, entende-se não ser necessária transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Da exigência de escritório em local próximo à prestação de serviços:

Declaração de que a Contratada possui, compartilha ou instalará escritório na cidade de Blumenau/SC, ou município limítrofe, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6 "a", do Anexo VII-A da IN SLTI/MP nº 5/2017.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Subcontratação

Não será permitida a subcontratação do objeto contratual, pois o serviço em tela caracteriza-se pela total responsabilização da empresa Contratada. Por tratar-se de dedicação exclusiva de mão de obra, não é indicada a transferência dessa obrigação da prestação do serviço.

Vistoria

As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

Da Reserva de vagas para vítimas de violência doméstica

O decreto nº 11430/2023 prevê em seu artigo 3º a reserva no percentual mínimo de 8% das vagas do contrato às mulheres vítimas de violência doméstica, aplicável aos contratos com quantitativo mínimo de 25 colaboradores. Entretanto, para dar concretude à norma, conforme versa o art. 4º, ainda é necessária a formalização de acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e o Ministério das Mulheres.

Até o momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, s.m.j., não foi formalizado o referido acordo.

Contudo, essa Comissão prevê que, quando for firmado tal Acordo, a empresa contratada deverá atender o disposto no Decreto nº 11430/2023.

O decreto também prevê em seu art. 5º o desempate nos processos licitatórios em favor de licitantes que promovam ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. Contudo, conforme § 2º, a aplicabilidade da medida dependerá de ato do Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Da mesma forma, s.m.j., até a presente data não houve publicação nesse sentido. Desta forma, tal artigo não será aplicável nesta licitação.

Da reserva de vagas para oriundos do sistema prisional

Por se tratar de contratação de serviços de vigilância, a natureza sensível dessa função pode justificar a não inclusão de egressos do sistema prisional, devido as especificidades e exigências elevadas de segurança, integridade e qualificação que a função demanda. Ainda que se reconheça a importância da reintegração social dos egressos, nesses casos específicos, os critérios críticos de segurança e confiança prevalecem como justificativa válida para incompatibilidade em relação à aplicação da reserva prevista no Decreto nº 9.450 de 2018.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

4. Levantamento de Mercado

No caso de serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não;

A caracterização ou não da continuidade do serviço está ligada à inconveniência da paralisação das atividades que interessam à Administração. Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho, a continuidade relaciona-se não propriamente à atividade desenvolvida pelos particulares, mas sim à permanência da necessidade pública a ser satisfeita.

O art. 6 da Lei nº 14.133/2021 trata as definições e especificamente o Inciso XV detalha a definição de serviços contínuos:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;”

Nessa linha, a Justiça Federal, no seu Primeiro Simpósio de Licitações e Contratos, aprovou vários Enunciados relacionados à contratação pública na Nova Lei de Licitações. Destaca-se o Enunciado 14 que trata do entendimento de quais serviços são prestados de forma contínua, para fins de aplicação do disposto nos arts. 106 da Lei nº 14.133/2021, conforme disposto a seguir:

“ENUNCIADO 14 Consideram-se serviços prestados de forma contínua, para fins de aplicação do disposto nos arts. 106, 109, parágrafo único do art. 98, parágrafo único do art. 97, inciso I do art. 40 e § 8º do art. 25 da Lei n. 14.133/2021, as compras para a manutenção dos órgãos da Justiça Federal decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, tais como:

...

VII – atividade de segurança pessoal privada armada e desarmada;

VIII – atividade de vigilância armada e desarmada;”

Portanto, a contratação em tela refere-se a um serviço de natureza continuada, pois visa o atendimento das necessidades do Instituto Federal Catarinense, de forma contínua e por mais de um exercício financeiro, no que se refere na manutenção da atividade administrativa, de apoio técnico aos servidores e dirigentes no cumprimento eficiente de proteção ao Patrimônio Público. A realização contínua dos serviços oferece suporte ao funcionamento das atividades finalísticas do IFC, cuja



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

interrupção poderia comprometer a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A continuidade, bem como a impossibilidade de interrupção na prestação deste tipo de serviço justifica-se pela necessidade de atendimento imediato das demandas, requerendo, assim, na maioria dos casos, a intervenção nas dependências da Instituição, ou seja, a vigilância deve ser ostensiva e manter plantão de vigilância, comportando assim as mais diversas atividades requisitadas.

Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada pelo prazo de 5 (cinco) anos, e justificar a decisão;

Considerando a dimensão da contratação, que tem por objetivo atender a todas as unidades do IFC, contemplando suas peculiaridades, opta-se pela duração inicial do contrato decorrente desta licitação ser de 60 (sessenta) meses, prorrogáveis por igual período, não ultrapassando os 120 (cento e vinte) meses dispostos pela Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 106 e 107.

A prestação de serviços executados de forma contínua pode ter a celebração de contrato com prazo de até 5 (anos), com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas à Administração, observadas as seguintes diretrizes (art. 106 da lei nº 14.133/2021:

“ I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.”

Já o art. 6 da Lei nº 14.133/2021 trata as definições e especificamente o Inciso XV detalha a definição de serviços contínuos:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;”

Nessa linha, a Justiça Federal, no seu Primeiro Simpósio de Licitações e Contratos, aprovou vários Enunciados relacionados à contratação pública na Nova Lei de Licitações. Destaca-se o Enunciado 14 que trata do entendimento de quais serviços são prestados de forma contínua, para fins de aplicação do disposto nos arts. 106 da Lei nº 14.133/2021, conforme disposto a seguir:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

“ENUNCIADO 14 Consideram-se serviços prestados de forma contínua, para fins de aplicação do disposto nos arts. 106, 109, parágrafo único do art. 98, parágrafo único do art. 97, inciso I do art. 40 e § 8º do art. 25 da Lei n. 14.133/2021, as compras para a manutenção dos órgãos da Justiça Federal decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, tais como:

...

VII – atividade de segurança pessoal privada armada e desarmada;

VIII – atividade de vigilância armada e desarmada;”

Ademais, em relação à economicidade e à competitividade, entende-se ser mais vantajoso e mais seguro, e, portanto, mais capaz de atrair interessados e de obter melhores preços a Administração, um contrato em que se garanta a prestação do serviço, e conseqüentemente, o recebimento das faturas por parte das empresas, por 5 (cinco) anos, do que a possibilidade de se desfazer o acordo após apenas um ano de sua celebração. Espera-se, desta maneira, com a estipulação deste prazo de 5 (cinco) anos, além de se evitar a rotatividade de empresas, uma redução nos preços ofertados e uma maior participação de empresas interessadas, que poderiam ver o prazo de 12/24/30 meses como arriscado para a assunção de compromissos que envolvem não apenas a contratação de mão de obra específica, como também a aquisição de equipamentos e materiais.

Por exemplo, cita-se a questão da depreciação dos equipamentos a serem adquiridos pela empresa vencedora do certame. A seguir, detalha-se o prazo de vida útil (anos) e a taxa anual de depreciação dos itens de maior custo financeiro a serem adquiridos pela empresa de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998 da Receita Federal e com o Caderno de Vigilância Patrimonial do CADTERC (Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados).

- Motocicleta: Prazo de vida útil (4 anos) - Taxa anual de depreciação (25%)
- Revólver calibre 38: Prazo de vida útil (10 anos) - Taxa anual de depreciação (10%)
- Colete à prova de balas: Prazo de vida útil (5 anos) - Taxa anual de depreciação (20%)
- Celular: Prazo de vida útil (5 anos) - Taxa anual de depreciação (20%)

Conforme esses dados, constata-se que a maior parte destes itens tem um prazo de vida útil de 4 e 5 anos. Logo, com uma previsão de contrato de 5 (cinco) anos, a empresa pode diluir esses custos pelo prazo do contrato. Objetiva-se, portanto, com a dilação da vigência inicial do contrato, tornar a contratação mais atrativa às empresas e, assim, potencializar a competitividade com vistas a busca de melhores ofertas para a Administração Pública.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Ainda, ao adotarmos a vigência por prazo de 5 (cinco) anos, são reduzidos os custos administrativos de prorrogação e, reduz-se a burocratização existente na execução dos contratos, em que praticamente 06 (seis) meses após o início do contrato, já têm início os procedimentos necessários para a renovação, dado o rito envolvido nesses atos (no caso do contrato ter prazo de vigência de 12 (doze) meses).

Com vistas a exemplificar, o atual contrato de vigilância da Reitoria e dos Campi do IFC teve o seu prazo de vigência fixado em 30 (trinta) meses. Conforme informado pela Coordenação de Contratos, não houve nenhum problema relatado em relação ao prazo de vigência ser estendido. Ao contrário, trouxe vantagem administrativa pois houve apenas 1 (um) termo aditivo no prazo de 60 (sessenta) meses, ao invés de 4 (quatro) termos aditivos.

Com o cenário proposto, teremos apenas 1 (um) termo aditivo no prazo possível de 10 (dez) anos. Caso contrário, tal situação gera ao IFC a necessidade de realização de um novo procedimento licitatório, acarretando um custo desnecessário, já que o procedimento demanda o envolvimento de vários setores para sua execução. Outra situação enfrentada é a falta de pessoal administrativo, cada vez mais fortalecida pela restrição orçamentária.

Diante do exposto, um prazo de vigência maior tornaria a contratação mais atrativa, estaria inserida na lógica de mercado da duração de contratos para esse tipo de serviço e contribuiria para mitigar os riscos de uma eventual necessidade da realização de uma nova contratação do serviço em tela e atenderia os princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público. Dessa forma, resta comprovado que a fixação do prazo de vigência estendido está em perfeita conformidade com o disposto no artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou a flexibilização destes requisitos;

Em consulta à licitação realizada no ano de 2020 para o mesmo objeto desta licitação, constatou-se a participação 14 (quatorze) empresas, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 3. Levantamento Potenciais Fornecedores

79.929.774/0001-51	VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA
10.364.152/0001-27	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

14.576.552/0001-57	ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA
83.719.963/0001-77	CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
77.998.912/0008-03	MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA
09.813.930/0001-39	PATRIA SEGURANCA LTDA
79.894.168/0001-48	VIGILANCIA TRIANGULO LTDA
82.949.652/0001-31	ONDREPSB-SERVICO DE GUARDA E VIGILANCIA LTDA
92.653.666/0001-67	SELTEC VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA
05.449.286/0001-00	SUL BRASIL SEGURANCA PRIVADA LTDA
92.966.571/0003-65	EPAVI VIGILANCIA LTDA
87.134.086/0002-04	MOBRA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA
03.229.363/0002-72	BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA
08.282.615/0002-40	INTERSEPT SEGURANCA LTDA

Desta forma, constata-se que a quantidade de licitantes não é restrita para o objeto em questão.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

A seguir consta possíveis soluções para a contratação e a justificativa do tipo de solução escolhida para essa contratação:

Solução 01: Instalação de Centrais de Alarme, com ativação em caso de disparo

Trata-se de uma das soluções de vigilância mais comuns. Nela, fica a cargo da empresa contratada a instalação de uma central de alarme e sensores de movimento, com alerta sonoro, comunicação contínua com a central de monitoramento. Os sensores de movimento são instalados em locais estratégicos, que tenham amplitude de visão. Sua tecnologia permite a identificação de ameaças, sempre que o fecho de luz infravermelha (ou outra tecnologia) é interrompido por algum corpo ou objeto. Quando isso ocorre, automaticamente a informação é transmitida para a central de alarme, que emite sinais sonoros, bem como a contratada é acionada para a verificação in loco das razões que ocasionaram o disparo.

Solução 02: Instalação de sistema de Vigilância Eletrônica

Trata-se de uma solução também bastante comum. Nela são instaladas câmeras de segurança (analógicas ou digitais) que registram a movimentação existente nos ambientes, sem o monitoramento constante. A definição dos locais em que serão instaladas as câmeras é estratégica, pois deve abranger, em especial, os pontos vulneráveis do ambiente, de modo a garantir a eficiência do registro. As imagens são armazenadas no banco de dados da Contratada, em uma espécie de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) para posterior verificação em caso de ocorrência de incidentes e sinistros.

Solução 03: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Vigilância Orgânica

Trata-se da vigilância física, em que os profissionais permanecem na estrutura a ser monitorada, tendo como objetivo de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio. Essa solução permite a aplicação de algumas variáveis, que são definidas de acordo com as necessidades específicas da Contratante, podendo ser: diurna, noturna, armada, desarmada, motorizada ou não, etc. É uma solução que facilmente se amolda a diferentes peculiaridades e necessidades.

Solução 04: Videomonitoramento Remoto

Trata-se de uma das soluções mais completas no segmento de vigilância. Consiste na instalação de câmeras de monitoramento, que transmitem as imagens para a central de monitoramento da Contratada, que possui uma equipe acompanhando constantemente as imagens, em tempo real. Como o acompanhamento é constante, o profissional identifica instantaneamente comportamentos fora do padrão: invasão de perímetro, aglomeração de pessoas, abandono de objetos, corridas repentinas no ambiente, etc. A partir da identificação destas ocorrências, uma equipe é deslocada até



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

o local para verificação e eventual tratamento.

As Soluções 01, 02 e 04 mostram-se bastante modernas e inovadoras, todavia, carecem de ações imediatas efetivas na inibição de ocorrências. As soluções 01 e 04, por exemplo, somente tomam medidas reativas após a identificação do sinistro. Em muitos casos, até a equipe designada chegar ao local para tratamento do incidente, sua atuação fica destinada a encaminhamentos formais, não sendo capaz de evitar a ocorrência de avarias, arrombamentos, dentre outros. A solução 02, como não possui nenhum acompanhamento em tempo real, para que seja utilizado faz-se necessária a identificação de sinistro, para mera verificação e checagem, não se mostrando uma alternativa efetiva.

Traz-se à baila trechos do Caderno de Logística de Serviços de Vigilância, bem como da Instrução Normativa nº 05/2017::

“os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado.”

Evidencia-se, desta forma, que estes serviços são bastante específicos e de complexa mensuração. Caso a opção do Campus/Reitoria seja pela solução 04 (sozinho ou em conjunto com a solução 03), faz-se necessário o desenvolvimento de um amplo estudo, que permita o correto dimensionamento da solução e seus impactos. Trata-se de uma mudança de paradigma, se compararmos aos modelos atuais utilizados pela maioria dos campi do IFC,. Há a necessidade de análise de necessidade de projeto, dos riscos envolvidos sejam identificados, mensurados e, se possível, mitigados, sob pena de negligência do dever de guarda do patrimônio, servidores, discentes e da comunidade em geral.

Ao analisarmos o quadro de servidores que compõem o IFC, evidencia-se a insuficiência de servidores capacitados para desenvolvimento dos aspectos técnicos de soluções deste porte. Para vislumbrar a possibilidade de implementação deste tipo de serviços, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada para desenvolvimento de projeto que atenda aos anseios da Instituição. No momento, considerando, além de outras variáveis, as ações já desenvolvidas para viabilizar a convergência das vigências dos contratos vigentes para o dia 30/09/2025, inviabiliza tal abrangência neste momento.

Destaca-se, ainda, que dado o objetivo da licitação em tela, que consiste na manutenção da centralização dos contratos de vigilância no âmbito do Instituto Federal Catarinense, uma solução híbrida também exige a análise do mercado, de modo a garantir que ele possua capacidade de atendimento das necessidades elencadas, sem acarretar quaisquer restrições e limitações da competitividade. Deve-se considerar, também, o intuito da Administração, que vislumbra a prestação dos serviços de vigilância através de um único contrato.

Desta forma, dentre as soluções apresentadas, no momento, a que melhor atende às necessidades



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

do Instituto Federal Catarinense é a Solução 03. Trata-se de uma metodologia conhecida, utilizada por praticamente todas as unidades, admitidas as variações cabíveis, dadas as peculiaridades das unidades, ou seja: vigilância diurna, noturna, armada, desarmada, motorizada ou não.

5. Descrição da Solução Como um Todo

A solução escolhida para atendimento das necessidades do IFC, conforme item 5 - Análise das Soluções e Justificativa da Solução Escolhida, resulta na contratação de postos de trabalho, conforme disposto no quadro abaixo:

Descrição
Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.
Vigilância patrimonial armada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.
Vigilância patrimonial desarmada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36
Vigilância patrimonial armada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.
Vigilância patrimonial desarmada, diurna, motorizada, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.
Vigilância patrimonial desarmada, noturna, motorizada, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.
Vigilância patrimonial desarmada, com ronda eletrônica Monitorada. Segunda a sexta das 18hs às 24hs.
Vigilância patrimonial desarmada, com ronda eletrônica Monitorada. Seg/sexta 19hs às 23hs e sábados 07hs às 17hs.

Os serviços deverão ser prestados nas unidades do IFC participantes do certame, conforme indicado no Quadro 4, nos endereços indicados abaixo:

1. IFC - Reitoria: Rua das Missões, nº 100 e 150, Blumenau - SC;
2. IFC - Campus Avançado Abelardo Luz, Estrada Geral - Assentamento José Maria, SN, Abelardo Luz - SC;
3. IFC - Campus Araquari, Rodovia BR 280, km 27, nº 5200, Araquari - SC;
4. IFC - Campus Blumenau, Rua Bernardino José de Oliveira, nº 81, Blumenau - SC;
5. IFC - Campus Brusque, Avenida Hugo Schlosser, nº 605, Brusque - SC;
6. IFC - Campus Camboriú, Rua Joaquim Garcia, s/n, Camboriú - SC;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

7. IFC - Campus Fraiburgo, Rua Cruz e Souza, nº 89, Fraiburgo - SC;
8. IFC - Campus Ibirama, Rua Dr. Getúlio Vargas, nº 3006, Ibirama - SC;
9. IFC - Campus Luzerna, Rua Vigário Frei João, nº 500, Luzerna - SC;
10. IFC - Campus Rio do Sul, Estrada do Redentor, nº 5665; Rua Abraham Lincoln, nº 210; Rua Mafalda Lingner Porto, nº 93, Rio do Sul - SC;
11. IFC - Campus Santa Rosa do Sul, Rua das Rosas, s/n, Santa Rosa do Sul - SC;
12. IFC - Campus São Bento do Sul, Rua Paulo Chapiewski, nº 931, São Bento do Sul - SC;
13. IFC - Campus Videira, Rodovia SC 135, km 125, Videira - SC.

Em relação aos horários de trabalho a serem praticados pelos vigilantes:

Posto 12x36: Das 06h00min às 18h00min e das 18h00min às 06h00min, todos os dias da semana ;

Posto 12 horas: Das 07h00min às 19h00min, de segunda a sexta;

Posto 06 horas: Das 18h00min às 00h00min de segunda a sexta;

Posto 30 horas semanais das 19h00min às 23h00min, de segunda a sexta e das 07h00min às 17h00min, aos sábados.

Em relação às rotinas de trabalho a serem observadas pelos vigilantes:

1. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
2. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como as que entender oportunas e adequadas;
4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
5. Fiscalizar, caso solicitado pela Contratante, a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da Contratante, mantendo sempre os portões/cancelas fechados;
6. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
7. Preencher o livro de ocorrências, sempre que houver fato a ser registrado, diariamente;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

8. Comunicar à área de segurança da Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Contratante;
9. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
10. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa à executar;
11. Registrar, se solicitado pela Contratante, os horários em que os Servidores e Terceirizados entram e saem da unidade, durante as 24 horas do dia, ou durante a presença do vigilante no posto;
12. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Contratante;
13. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Contratante, no caso de desobediência;
14. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
15. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Contratante verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das atividades, manutenção da tranquilidade e da segurança patrimonial;
16. Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
17. O(s) vigilante(s) deverá(ao) se manter(em) na área de abrangência do Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
18. Registrar e controlar, juntamente com a Contratante, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;
19. A programação dos serviços será feita periodicamente pela Contratante e deverão ser cumpridos, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos equipamentos, dos Servidores, dos Alunos e das pessoas em geral;
20. Além das rotinas de cada posto de vigilância, todos os vigilantes devem estar atentos aos acontecimentos e fatos identificados a curta ou longa distância em toda a área da Contratante, tomando as providências mais adequadas a cada caso;
21. Após a realização da ronda, com o registro de passagem por TODOS OS BOTONS, o vigilante deve permanecer na área de seu Posto de Vigilância em um ponto estratégico onde tenha o melhor e maior campo de visão para observar o patrimônio do IFC e a movimentação de pessoas e veículos, escolhendo o local mais adequado a cada momento, ou atender solicitações da administração relacionadas aos serviços de vigilância;
22. Na realização da ronda, além de colocação do bastão controlador de ronda em TODOS OS BOTONS, o Vigilante deve verificar danos ou mau uso do patrimônio e abordar, com respeito,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

- as pessoas em atitude suspeita ou irregular, inclusive servidores, terceirizados, alunos e visitantes, fornecendo-as as orientações necessárias ou conduzi-las, de forma cordial, até a saída da unidade;
23. As rondas poderão e deverão ser interrompidas, ou aumentadas a sua duração em caso de atitudes suspeitas ocorridas dentro ou fora do campus, e devidamente justificadas no caderno de ocorrências.
 24. Nos horários de entrada e saída de alunos e terceirizados, o procedimento de ronda poderá ser simplificado devido à grande demanda, fluxo e movimentação intensa de pessoas pela portaria e pátio do Campus.
 25. Com relação às pessoas conhecidas, em comportamento inadequado nas dependências da Contratante, deve ser feito o registro ocorrência.
 26. Os fatos relevantes identificados devem ser REGISTRADOS IMEDIATAMENTE, no formulário Registro de Ocorrência de Ronda ou no formulário de Registro de Ocorrência e entregues ao fiscal do contrato, independentemente de o registro ter sido feito pelo Vigilante do turno anterior ou se tenha sido registrado no Livro de Registros dos Vigilantes;
 27. Registrar, em formulário próprio, todos os fatos e observações relevantes à segurança patrimonial do IFC ou relacionados ao comportamento de pessoas e animais, para ser entregue ao Fiscal do Contrato, independentemente de o registro ter sido feito pelo Vigilante do turno anterior ou se tenha sido registrado no Livro de Registros dos Vigilantes;
 28. Controlar a ENTREGA e DEVOLUÇÃO das chaves guardadas na Guarita, tendo o controle de acesso e de uso dos referidos ambientes, quando aplicável;
 29. Verificar, diariamente, portas e janelas, constatando se estão devidamente fechadas, bem como abrir e fechar as portas do Campus, a critério da Administração, no início e final do expediente.
 30. Realizar a abertura e fechamento dos portões de acesso ao Campus, bem como dos prédios da Instituição, à critério da Administração, conforme indicação e horários pré-determinados;
 31. Verificar, ao término das atividades da unidade, se há luzes ligadas. Não estando, proceder com o seu desligamento;
 32. Impedir a saída de volumes, patrimônio e/ou materiais pertencentes à Contratante, em todo e qualquer acesso das instalações, sem a devida autorização;
 33. Quando a unidade dispor de câmeras de vigilância, observar e fazer os ajustes necessários nas imagens com acesso no computador instalado na Guarita, informando aos outros postos de vigilância sobre acontecimentos que exijam a atenção dos Vigilantes;
 34. Caso verificar atividade suspeita pelas câmeras de vigilância, adotar os trâmites necessários para verificação desta atividade, anotando no Livro de Registros dos Vigilantes.
 35. Quando a unidade dispor de centrais de alarme, estas deverão ser acionadas, conforme orientação da Contratante;
 36. Realizar a abertura ou fechamento de salas de aula, corredores ou unidades didáticas fora do horário de expediente normal do IFC, quando solicitados e autorizados pela Administração;
 37. Realizar a abertura ou fechamento de salas de aula, corredores ou unidades didáticas durante o horário de expediente normal do IFC, quando solicitados e autorizados pela Administração;
 38. Situações correlatas a função de Vigilante e que exijam a atenção ou ação do Vigilante, não mencionadas na rotina acima descrita, serão comunicadas ao Posto de Vigilância pela Empresa de Vigilância ou pela Administração da Contratante;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

39. As rotinas de verificação, bem como a periodicidade de rondas, poderão sofrer alterações por fatos relevantes que exijam a atenção ou a interferência do Vigilante. Esses fatos devem ser registrados no formulário de Registro de Ocorrência de Ronda que deve ser entregue ao(s) Fiscal(is) do Contrato;
40. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
41. Não capturar e divulgar, bem como guardar total sigilo acerca das imagens captadas por circuitos internos de vigilância (quando a unidade contratante a tiver).
42. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
43. A periodicidade das rondas, que inclui, além da verificação habitual, a colocação dos bastões controladores de ronda em TODOS OS BOTONS deverá ocorrer conforme apresentado no quadro abaixo:

Unidade	Periodicidade
Reitoria	A cada 1 (uma) hora
Abelardo Luz	A cada 1 (uma) hora
Araquari	Período diurno, a cada 40 (quarenta) minutos; período noturno: a cada 1 (uma) hora;
Blumenau	De segunda a sexta, entre 07h e 19h, a cada 2 (duas) horas; Entre 19h e 07h, bem como sábados e domingos, a cada 1 (uma) hora.
Brusque	A cada 1 (uma) hora
Camboriú	Motorizadas, a cada 2 (duas) horas; a pé, a cada 1 (uma) hora
Fraiburgo	A cada 1 (uma) hora



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Ibirama	Diurnas, a cada 2 (duas) horas (passíveis de alteração pela Administração; Noturnas, a cada 1 (uma) hora
Luzerna	Entre 23h e 06h, a cada 1 (uma) hora. A cada 1 (uma) hora
Rio do Sul	A cada 1 (uma) hora - para o posto Vigilância patrimonial desarmada, noturna, motorizada, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.
São Bento do Sul	A cada 1 (uma) hora
Santa Rosa do Sul	A cada 1 (uma) hora, apenas no período noturno.
Videira	Segundas às sextas-feiras: cada 1 (uma) hora, a partir das 23 horas; Finais de semana: diariamente, a cada uma hora.

Quando da prestação do serviço envolver mais de um posto de trabalho simultaneamente, os vigilantes deverão entrar em contato, via rádio de comunicação, com os vigilantes dos outros postos de vigilância para verificação da integridade física de cada Vigilante ou necessidade de auxílio. Nos postos diurnos a comunicação deverá ocorrer a cada 30 minutos. Já nos postos noturnos, a cada 15 minutos;

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Ao passo que foram definidos os itens que contemplarão a contratação, todas as unidades foram comunicadas para que avaliassem seus cenários e necessidades para posterior manifestação.

Isto posto, obteve-se a devolutiva das unidades com os quantitativos a serem contratados, que somam 40 postos de trabalho, conforme apresenta-se no quadro abaixo:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Quadro 4. Levantamento de Pedidos a serem contratados

Campus	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quant.
Reitoria	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
Abelardo Luz	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
Araquari	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, motorizada, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	2
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, motorizada, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	3
Blumenau	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	2
	Vigilância patrimonial armada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
Brusque	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
Camboriú	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, motorizada, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	2
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, motorizada, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	4
Fraiburgo	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
Ibirama	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
Luzerna	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
Rio do Sul	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, motorizada,	Posto/	1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

	com ronda eletrônica monitorada, 12 x 36.	Dia	
	Vigilância patrimonial desarmada, com ronda eletrônica Monitorada. Segunda a sexta das 18hs às 24hs.	Posto/ Dia	3
	Vigilância patrimonial desarmada, com ronda eletrônica Monitorada. Segunda a sexta 19hs às 23hs e sábados 07hs às 17hs.	Posto/ Dia	1
Santa Rosa do Sul	Vigilância patrimonial armada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial armada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	2
São Bento do Sul	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial desarmada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
Videira	Vigilância patrimonial desarmada, diurna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1
	Vigilância patrimonial armada, noturna, com ronda eletrônica monitorada, posto 12 x 36.	Posto/ Dia	1

7. Estimativa do Valor da Contratação

Conforme contrato atual cujo valor para 30 meses é de R\$13.075.913,70, e considerando o valor estimado para 60 meses, o valor estimado da contratação é de R\$26.151.827,40 (Vinte e seis milhões, cento e cinquenta e um mil e oitocentos e vinte e sete reais e quarenta centavos).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Desde que devidamente fundamentado nos autos do processo e comprovada a vantajosidade à Administração, é plenamente aceitável a opção pela licitação em Grupo, ou seja, não parcelada. Tal aceitabilidade fica evidenciada no parágrafo 3, Inciso I, art. 40 da lei nº 14.133/2021.

“Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

... § 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;”

Portanto, desde que devidamente fundamentado nos autos do processo e comprovada a vantajosidade, economia de escala ou a redução de custos de gestão de contratos à Administração, é plenamente aceitável a opção pela licitação em grupos.

Isto posto, frisa-se novamente, um dos objetivos do certame em tela, é a manutenção da Centralização dos Contratos de Vigilância. Portanto, o parcelamento da solução, ou seja, a divisão em itens para atendimento de cada unidade, causaria prejuízo à Administração, que, não garantiria a centralização dos serviços em um único contrato.

A centralização mostra-se como vantajosa à Administração, pois se trata de uma oportunidade para a modernização, padronização e aperfeiçoamento, tanto dos serviços, como dos procedimentos administrativos deles inerentes. Almeja-se, também, a redução de custos, que refletirão em ganhos econômicos e processuais, tornando os procedimentos mais modernos, eficientes e eficazes.

Neste sentido, vale ressaltar que a centralização dos contratos não é novidade. Trata-se de uma prática comum no mercado privado, que ao longo dos anos também ganha espaço na Administração Pública, visto que desonera a organização da execução de atividades que não se inserem em seus objetivos e permitem focar no que é finalístico.

A Portaria Nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019, que estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – Uasg, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional corrobora com este entendimento, uma vez que em seu art. 2º explicita que visa à centralização de contratações entre as unidades administrativas que estão na sua esfera de atuação.

A padronização das soluções e do respectivo gerenciamento é uma das premissas da presente



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

contratação. Neste sentido, o parcelamento poderia gerar heterogeneidade, uma vez que geraria a replicação de esforços em todas as unidades para repassar os procedimentos de segurança aos supervisores das empresas Contratadas responsáveis por realizar o treinamento dos vigilantes envolvidos na prestação dos serviços.

O gerenciamento dos serviços, permanecendo a cargo de um único gestor, possibilita o melhor controle do tempo e da qualidade na prestação dos serviços. O parcelamento dos itens em diferentes lotes poderia acarretar um possível descompasso entre os processos licitatórios, aumentando os custos gerenciais de diversos contratos e criando burocracias desnecessárias, que poderiam ocasionar a interrupção dos serviços e causar prejuízos à Instituição. Além disso, ocasionaria retrabalho pois cada contrato firmado geraria específicos Termos Aditivos, Repactuações, Pareceres, entre outros.

O TCU também entendeu a legitimidade da reunião de elementos de mesma característica, quando possa a adjudicação de itens isolados vir a onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”. (Acórdão 5.301/2013-2ª Câmara). Sustenta a pertinência do agrupamento ora pretendido o voto condutor, em Plenário do TCU, que avaliou certame conduzido pela Superintendência de Administração da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro, do qual se extrai a afirmativa de que “lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação” e “o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”. (Acórdão 861/2013-Plenário). Além destes fatores, entende-se que o agrupamento em grupo único propiciará economia de escala, já que será contratada empresa que prestará diversos serviços similares, viabilizando, por exemplo, aquisição de uniformes em maior quantidade, além de poder utilizar de instrumentos de gestão contratual que permitam a redução da “taxa de administração”, já que o contrato será regido por um único instrumento de gestão.

Por fim, a contratação de uma solução unificada, fornece à Administração, maior poder de barganha junto aos fornecedores, potencializando a capacidade de oferta de maiores descontos por parte dos licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os serviços.

Por se tratar de serviço comum, amplamente prestado pelas empresas atuantes no segmento de vigilância, como já apresentado anteriormente. Ainda, considerando que não será exigido das empresas comprovação de atuação prévia nos municípios que o IFC possui suas unidades, quaisquer empresas com capacidade de atendimento das exigências aqui impostas, poderiam submeter suas propostas. Entende-se, portanto, que o agrupamento dos itens não modifica o objeto, tampouco limita a participação das empresas, pois as empresas que participariam dos itens isolados, também poderiam participar dos itens agrupados.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei 14.133/2021, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável, e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, uma vez que, conforme justificado acima, o não parcelamento visa a economia de escala e a redução de custos de gestão de contratos.

Portanto, dados os pontos já elencados, a contratação dos serviços de vigilância para o IFC ocorrerá em um único lote, que contemplará as necessidades de todas as unidades.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação correlata ou interdependente com a contratação pretendida.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Objetiva atender o que se apresenta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFC, que traz em seu planejamento estratégico 2024-2028 o Objetivo Estratégico nº 17 detalhado como “Consolidar e adequar infraestrutura física e de TI”.

11. Resultados Pretendidos

Como benefícios resultantes desta contratação espera-se melhor atender às demandas por vigilância patrimonial no âmbito do IFC, uma vez que são atividades indispensáveis às áreas ocupadas nas edificações, contribuindo de forma significativa para a preservação do Patrimônio Público, o bem-estar e a segurança dos usuários.

A contratação proposta será benéfica e vantajosa ao IFC, uma vez que:

- O planejamento para esta contratação ora pretendida foi realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na contratação de serviços de terceirizados, contemplando assim, a demanda das atividades essenciais e auxiliares às atividades acadêmicas e administrativas;
- Quanto ao aproveitamento de recursos humanos, enfatiza-se a manutenção da redução do quantitativo de contratos, no qual houve uma redução de 92,86% na última contratação deste objeto, passando de quatorze para um único contrato. Redução similar se aplica ao número de repactuações, prorrogações, recebimentos definitivos e procedimentos de pagamentos;
- Os padrões definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

aproveitamento dos serviços prestados;

- Os recursos humanos indispensáveis à execução dos serviços foram estimados utilizando como base a experiência das contratações anteriores. Além disso, as unidades foram estimuladas a repensar suas contratações, de modo a viabilizar novas possibilidades, que melhor atendam às suas necessidades. Com isso, busca-se o melhor aproveitamento de todos os profissionais contratados, de forma a garantir a prestação dos serviços nas quantidades e qualidades pactuadas;
- No que tange aos impactos ambientais da contratação, foram relacionadas, neste estudo, as obrigações da contratada quanto a observação de critérios de sustentabilidade, que vão desde as rotinas diárias envolvidas na execução dos serviços, até os critérios que deverão ser respeitados quando da aquisição e disponibilização dos materiais e equipamentos.

12. Providências a serem Adotadas

Dada a natureza dos serviços a serem contratados por meio deste processo, bem como a já existência de prestação similar nas unidades do IFC, não são necessárias adequações físicas.

Ressalta-se, todavia, que é imprescindível que as Equipes de Fiscalização das unidades estejam ambientadas e familiarizadas com as ferramentas disponibilizadas no Sistema de Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos.

Caberá a cada Unidade a indicação de, no mínimo, quatro servidores para comporem a comissão responsável pela fiscalização técnica e administrativa do contrato em questão, sendo um dos membros, obrigatoriamente, o atual gestor de contratos. Ainda, haverá a necessidade da indicação de um Gestor de Contratos Setorial, que poderá ser o Gestor de contratos do Campus.

13. Possíveis Impactos Ambientais

Espera-se a não ocorrência de impactos ambientais, desde que sejam seguidas as orientações descritas no item 3 deste Estudo Preliminar.

14. Declaração de Viabilidade

X	Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.
---	---



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

	Esta equipe de planejamento declara viável com restrições esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.
	Esta equipe de planejamento declara inviável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15. Responsáveis Pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar

<i>Nome</i>	<i>Cargo/Função</i>	<i>SLAPE</i>	<i>CPF</i>
Patric Douglas Griseli	Administrador	xx863xx	XXX.569.690-XX
Rafael Marcos Fernandes	Assistente em Administração - Diretor de Administração e Planejamento	xx886xx	XXX.827.567-XX
Jorge Luis de Souza Mota	Professor - Pró-Reitor de Administração	xx150xx	XXX.262.309-XX
Rodrigo Reigoza	Auxiliar em Administração - Coordenador de Infraestrutura	xx630xx	XXX.896.739-XX
Ana Lucia Ribeiro Esteves	Assistente em Administração	xx421xx	XXX.687.189-XX
Marcel Amaral Daoud	Diretor de Administração e Planejamento	xx580xx	XXX.314.500-XX
Elizete Nienckotter	Diretor de Administração e Planejamento	xx095xx	XXX.442.239-XX
Diego Carlos Muller	Técnico em Segurança do Trabalho	xx522xx	XXX.929.629-XX
Jonas Daniel Ribeiro	Diretor de Administração e Planejamento	xxxx160	XXX.126.889-XX
Simone Voltolini Aolczyk	Diretora de Administração e Planejamento	xx344xx	XXX.640.159-XX



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense

Larissa Sarmiento	Diretora de Administração e Planejamento	xx066xx	XXX.955.419-XX
Geraldo Muzeka	DIP	xx861xx	XXX.192.869-XX
Tiago Jones Back	Direção de Infraestrutura	xx823xx	XXX.275.089-XX
André Xavier Dinelly	Diretor de Administração e Planejamento	xx355xx	XXX.966.672-XX
Rodrigo Zuffo	Diretor de Administração e Planejamento	xx270xx	XXX.079.269-XX
Juliano Retorre	Coordenador de Infraestrutura	xx012xx	XXX.660.789-XX

15.1 Aprovação da Autoridade Máxima

A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Reitoria, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Estudo Técnico Preliminar.

<i>Nome</i>	<i>Cargo/Função</i>	<i>SIAPÉ</i>	<i>CPF</i>
RUDINEI KOCK EXTERCKOTER	Reitor	xx020xx	XXX.972.919-XX